



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2759

1 Aos **vinte e nove** dias do mês de **março** de **2018** (dois mil e dezoito), reuniram-se, em caráter **ordinário**, na  
2 Avenida Borges de Medeiros, dois dois quatro quatro, sexto andar, nesta capital, às dezoito horas e trinta minutos,  
3 os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA. **Compareceram** à reunião, à  
4 **MESA**, presidindo a reunião, **Luiz Antonio Marques Gomes**, Vice presidente, titular da Região de Gestão de  
5 Planejamento Seis (RGP 6), e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva, servidora da SMAMS, secretariando os  
6 trabalhos. Representando as **ENTIDADES GOVERNAMENTAIS**, compareceram **José Francisco Furtado**, titular  
7 do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); **Richard Dias dos Santos**, titular da Empresa Pública de  
8 Transporte e Circulação (EPTC); **Jussara Pires**, segunda suplente da Fundação Estadual de Planejamento  
9 Metropolitano e Regional (Metroplan); **Luana Nunes**, segunda suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Vaneska**  
10 **Paiva Henrique**, primeira suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB); **Paulo Lima Loge**, primeiro  
11 suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), e **Lívia Piccinini**, titular da Universidade Federal do  
12 Rio Grande do Sul (UFRGS). Representando as **ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**, compareceram **Jorge**  
13 **Diogo de Jesus**, titular da Associação Riograndense dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Darci Campani**,  
14 primeiro suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); **Rogério Dal Molin**,  
15 primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis (Sindimóveis); **Fernando Brentano**, titular do Instituto  
16 Urbano Ambiental (IUA); **José Luis Seabra Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil do RS  
17 (OAB/RS), **Viviane Simon Martins Costa**, segunda suplente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da  
18 Terceira Região (CRECI/RS); e **Jorge Larré**, titular do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (STICC). E  
19 representando a **COMUNIDADE**, compareceram **Adroaldo Venturini Barbosa**, primeiro suplente da Região de  
20 Gestão de Planejamento Dois (RGP 2); **Paulo Monteiro**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento  
21 Quatro (RGP 4); **Paulo Jorge Amaral Cardoso**, titular da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 5);  
22 **Diaran Laone**, titular da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **Emerson Gonçalves dos Santos**,  
23 segundo suplente do Orçamento Participativo, Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento  
24 Urbano Ambiental (OP-HOCDUA). **Item Um. Abertura. Presidente Gomes** (RGP 6) abriu a sessão às dezoito  
25 horas e trinta minutos. **Item Dois.** Conselheiro **Diaran** (RGP 7) solicitou por questão de ordem, pelo falecimento no  
26 último sábado do Sr. Altair Barison, Conselheiro da RGP 7, solicitou um minuto de silêncio em sua memória e  
27 homenagem, referiu a sua importante atuação. **Presidente** encaminhou a homenagem, sendo feito um minuto de  
28 silêncio em homenagem ao Sr. Altair. **Votação da Ata.** A ata da última reunião, número dois sete cinco oito,  
29 colocada em votação foi aprovada sem retificações, recebendo dois votos de abstenção e os demais votos  
30 favoráveis. **Ata aprovada. Item Três. Comunicações.** Conselheiro **Diaran** (RGP 7) informou sobre o falecimento  
31 do Sr. Liderança comunitária Altair Barison, muito atuante, foi conselheiros durante dois mandatos,  
32 lamentavelmente nos deixou, fez um trabalho muito ativo na região. Falou ainda sobre realização de reunião do  
33 Fórum Sete na última segunda feira, muito produtiva, agradeceu os que o apoiaram a formalizar recurso para  
34 participar das eleições, independente do resultado, agradeceu. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) gostaria de  
35 colocar importante papel do Sr Barison, conhece há bastante tempo, informou sobre o seu trabalho muito atuante  
36 para conseguir melhoramentos de infraestrutura nos seus bairros, refere que essas lideranças não recebem por  
37 realizar essa tarefa, tirando recursos próprios, acabam não sendo muito conhecidos, mas por outro lado têm  
38 enorme atuação na causa social, parabenizou. Falou sobre o aniversário de Porto Alegre, gostaria que o CMDUA  
39 pudesse se manifestar sobre isso, divulgasse o seu trabalho e atuação na cidade, entende que se o CMDUA não  
40 atuar será chamado de covarde, pelo caos que se encontra a cidade ficar omissa, não foi feita nenhuma  
41 comemoração, não houve o baile da cidade, acha que o CMDUA está sendo covarde, acha que o papel  
42 fiscalizatório também não está sendo feito, enfim, falou sobre o medo, buracos, falta de iluminação, dificuldades  
43 nas comunidades, não se pode andar à noite, nem à pé nem de carro, além de buracos há obra parada,  
44 adolescentes sendo mortos em meio aos buracos, faz apelo e agradece. Conselheiro **Emerson** (OP) falou sobre as  
45 demandas do OP, a temática resgatou algumas demandas algumas, para surpresa havia algumas demandas de  
46 noventa e dois, uma inclusive foi cancelada pela desistência da comunidade e falta de viabilidade técnica, explicou,  
47 existe ainda outra leva de demandas a serem atendidas até dois mil e vinte, acredita também que neste ano possa  
48 se iniciar novas demandas, este foi um acordo feito com a atual gestão. Falou sobre a sabedoria e envolvimento do  
49 Sr. Barison, uma grande liderança, conselheiro também no OP, sempre buscando a melhor maneira, conseguiu-se  
50 viabilizar ações em conjunto, sempre envolvido e acreditava no processo, lamentou esta perda mas faz referência à  
51 esta história que nos deixou como exemplo na participação de Porto Alegre. Conselheiro **Paulo** (RGP 4) gostaria  
52 de se somar às palavras de Paulo Jorge, todos nós vemos os buracos que existem na cidade, a situação é visível,  
53 podendo acontecer algo pior, informou que está com demanda para desentupir bueiro já fez diversos pedidos no  
54 CRIP, já tentou por e-mail, tentou-se de tudo e nada se conseguiu de resultado, apesar de perceber que se tenta  
55 melhorar. Falou ainda sobre a situação que permanece na sua região, que ocorreram mais duas mortes no dia  
56 anterior no Rubem Berta e Mario Quintana, são habituais três a quatro mortes por dia, a comunidade está na divisa  
57 de Porto Alegre com Alvorada, aproveita também para parabenizar a cidade pela data aniversário, parabenizou  
58 também a professora Lívia pela palestra e curso do de sábado foi muito proveitoso. **Presidente** solicitou informar  
59 número de protocolo da demanda para a Secretária poder ajudar. Conselheiro **Lívia** (UFRGS) gostaria de solicitar  
60 que o engenheiro Henrique Winckler, professor aposentado da UFRGS, ambientalista, tivesse os três minutos de



## ATA 2759

1 fala para comentar sobre a discussão que se retoma quanto à classificação do Guaíba como rio ou lago.  
2 **Presidente** colocou em votação e a solicitação foi aprovada. Professor **Henrique** agradece a oportunidade,  
3 gostaria de solicitar a leitura dos artigos 134 e 136 do Plano que fala sobre o parcelamento do solo urbano, entende  
4 que se desrespeita, uma legislação federal e depois estadual, frisa que é proibido o parcelamento do solo em áreas  
5 inundáveis, depois da cortina se tem o rio, e se é inundável não poderia ser aprovado os dois prédios de cem  
6 metros de altura mais um shopping, faz este alerta porque já vivenciou o plano diretor em três oportunidades, não  
7 que seja contra a revitalização do Cais. Gostaria de falar sobre manifestação de juíza que em sua opinião não tem  
8 conhecimento, que junto com juizes fiz essa farsa no ano de 94 à 2000 alterando a nomenclatura de rio para lago,  
9 falou dos anos 50 a 60 quando o IBGE analisou porto alegre, órgão capacitado que denominou o Guaíba como rio,  
10 nos mapas atuais inclusive, falou de 1965 quando o congresso aprovou o código florestal. Em lagos urbanos são  
11 30 metros e em rios são 500 metros as áreas de preservação permanente, refere que em 1979 o governador  
12 Amaral de Souza formou comissão a qual participou para mudar o nome do rio para lago, ali estava presente o  
13 professor que fez o Atlas de porto alegre, o qual foi contratado sem se afastar do cargo, assumiu como secretário  
14 da SMAM e foi contratado pela também para FAURGS para ser o coordenador do Atlas, com o apoio de muitos  
15 promotores que tinham o interesse de construir na orla do Guaíba, faz um cálculo, se é 30 metros ou 500 informou  
16 as dimensões gerais que representaria hoje a orla toda em torno de 100 milhões, ou seja área muito cobiçada para  
17 quem empreende, e é essa a briga que se observa na aprovações, refere a aprovação do Cais Mauá e do processo  
18 suplementar do grêmio, o qual considera um crime, disse que estão encaminhando ao STF para julgar essa  
19 questão e à Policia para verificar os envolvidos nos topônimos, ou seja, na nomenclatura, considerando que a lei de  
20 crime ambiental prevê que é crime quem induz ao crime, o que entende que tenham sido vítimas os servidores da  
21 SMAM e FEPAN, se coloca à disposição para abordar esse assunto, agradece a oportunidade. Conselheiro **Jorge**  
22 (STICC) opinou que estava havendo desrespeito à atuação do Conselho, disse que o projeto do Cais Mauá foi  
23 devidamente analisado pelo CMDUA, com grandes discussões. **Item Quatro. Ordem do Dia. Processo Quatro**  
24 **Ponto Um. Expediente:** 002.050619.16.0. **Na pauta em:** 01/11/2016. **Interessado:** CMDUA. **Assunto:** Seminário  
25 de Planejamento. **Relator:** Comissão de Revisão do Plano Diretor. **Encaminhamentos:** 1 – Definido o dia  
26 07/12/2016 para realizar primeiro encontro em local a ser confirmado. 2 – Definido o local do primeiro dia de  
27 seminário: Cinemateca Capitólio. Convites distribuídos aos conselheiros em 22/11/2016. 3 – Realizado o seminário  
28 preparatório em 07/12/2016. 4 – Em 07/03/2014: definida a retomada da comissão em 14/03/2017. 5 – Em  
29 04/04/2017: definir integrantes em 11/04/2017. 6 – Em 11/04/2017: definir nova configuração da comissão em  
30 18/04/2017. 7 – Em 04/07/2017: Definida realização de reunião em 11/07/2017. 8 – Em 11/07/2017: Definida nova  
31 comissão. 9 – Alterado o nome da comissão para “Comissão de Revisão do Plano Diretor” em 12/09/2017. 10 –  
32 Definido dia 03/10/2017 para realização de apresentação no CMDUA. 11 – Definido o dia 07/11/2017 para  
33 realização de apresentação dos temas abordados na dinâmica. 12 – Definido cronograma no formato de curso de  
34 extensão coordenado pela UFRGS, com as inscrições abertas. 13 – iniciado o Curso de Extensão em 10/03/2018.  
35 Segundo encontro realizado no dia 24/03/2018. Conselheira **Lívia** (UFRGS) informou sobre o segundo dia de  
36 curso, com a palestra do professor Cabral, informou sobre o próximo encontro, data, palestrante e tema, regiões e  
37 as escalas regionais até se chegar aos lotes, também a paisagem urbana, Helenisa Campos e Roberto Verdum  
38 palestrarão, e estão todos convidados. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) reiterou a importância do curso que a  
39 UFRGS está realizando para a capacitação mas ainda está faltando pautar os conselheiros, foi afinal um pedido do  
40 Conselho, um curso muito bom, professor Cabral deu uma aula de planejamento, seria importante que as  
41 comunidades fossem também gostaria de reforçar, que o presidente pudesse frisar a importância de participação  
42 especialmente dos conselheiros regionais. **Curso em andamento. Presidente** reiterou a importância de participar.  
43 **Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:** 002.332977.00.1. **Interessado:** Aires F. Echenique Becker. **Assunto:**  
44 Parecer – EVU. **Local:** Rua Dolores Duran, 501 e outros – Lomba do Pinheiro. **Relator:** CRECI.  
45 **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 06/03/2018. 2 – Vistas à RGP 7 em 06/03/2018. Retornou. Conselheiro  
46 **Diaran** (RGP 7) informou teor, informou que houve reunião e prazo para tentar entrar em contato com os três  
47 engenheiros que assinam o projeto mas os mesmos não são mais os responsáveis, conseguiu-se no final contato  
48 com o profissional Piazza que informou que não há mais o interesse em edificar, que apenas se busca a  
49 especulação imobiliária, informou que o processo já esteve no CMDUA e não foi possível conversar com o  
50 empreendedor, por isso conversando com região e colegas a região se posiciona a RGP 7 contra a aprovação, fez  
51 a leitura do parecer com os detalhes. Criticou novamente as contrapartidas dadas à EPTC, questionou a relatora se  
52 esteve no local. Conselheira **Viviane** (CRECI), relatora, informou que o empreendedor fez alteração no projeto,  
53 antes com previsão de edificação e hoje sem, explicou. Conselheiro **Rogério** (Sindimóveis) informou que leu o  
54 processo em auxílio aos trabalhos da relatora Viviane que se iniciam no Conselho, percebeu que começou como  
55 condomínio de casas, depois desistência e decisão por fazer condomínio de lotes, por isso entende que a  
56 manifestação de que não haverá edificação, de Diaran, seja nesse sentido, não que não há mais interesse no  
57 projeto, mas que não se trate mais das edificações, verificou que se utilizam do regime básico e não máximo, e que  
58 por isso não foi preciso contrapartidas, pelo potencial construtivo serão casas pequenas, verificou as  
59 manifestações favoráveis de todas as secretarias, não vê problema que pudesse chamar a atenção. Conselheiro  
60 **Paulo Jorge** (RGP 5) solicitou rememorar o processo e o desenho solicitou imagem ilustrativa. Conselheiro  
61 **Fernando** (IUA) questionou como se pode avaliar sem as imagens, se absterá por desconhecimento, questionou o



**ATA 2759**

1 objeto do empreendimento, ficou confuso, acrescida da colocação de Diaran de que o empreendedor não tem mais  
2 interesse. Conselheira **Lívia** (UFRGS) solicitou fazer suas as palavras de Fernando necessário visualizar,  
3 questiona sobre a mudança, qual foi de fato, primeiro condomínio fechado depois loteamento, não está claro,  
4 necessário esclarecer. Conselheiro **Emerson** (OP) reitera solicitação para esclarecer teor da pauta, entende que a  
5 redação das pautas, como EVU, estão vindo de forma que gera dúvida. Opinou também necessário a ilustração  
6 visual do caso. Foi esclarecido e debatido, **relatora** informou que se trata de condomínio por unidades autônomas  
7 inserida na operação urbana consorciada da lomba do pinheiro, diz que está dentro da lei e reitera o seu  
8 posicionamento favorável. **Presidente** frisou diferenças entre condomínio e loteamento. Conselheiro **Emerson**  
9 (OP) questionou quais eram as dimensões, foi respondido, Conselheiro Rogério (Sindimóveis) explica artigo do  
10 plano que prevê regramento quando se usa menos de cinquenta por cento do índice de aproveitamento, nesses  
11 casos não precisa haver contrapartidas. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) criticou pois disse que para a EPTC estão  
12 doando contrapartida. Por isso manifesta contrário. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) questionou se é condomínio  
13 fechado ou aberto. Conselheiro **Rogério** (Sindimóveis) explicou a localização no mapa por satélite, mostrou a área  
14 a preservar, Conselheira **Lívia** (UFRGS) questionou se está cercado, foi dito que sim, é previsto o cercamento e  
15 portaria, mas não casas, **Presidente** referiu a importância de se fazer apresentação, que houvesse apoio, equipe  
16 responsável, poderiam ser estagiários. Conselheiro Paulo Jorge (RGP 5) opinou que não estando claro não deve  
17 seguir a apreciação, acha que tem que formar comissão para esclarecer as dúvidas. Não teve apoio em sua  
18 proposta. Finalizadas as manifestações, o parecer favorável da relatora foi colocado em votação e foi aprovado  
19 sete votos favoráveis, cinco votos contrários, e sete abstenções. Foi consultado o regimento interno para verificar  
20 se a aprovação exigia o voto da maioria dos presentes, e em não havendo este pré-requisito estipulado foi  
21 confirmada a aprovação do projeto. **Aprovado. Parecer 11/2018. Processo Quatro Ponto Três. Expediente:**  
22 **002.225282.00.1. Interessado:** Simon Engenharia. Sandra Ughini. **Assunto:** Recurso ao CMDUA à Parecer da  
23 CCCE. **Local:** Rua Moema, 306 – Chácara das Pedras – RGP 4. **Relator:** OAB. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado  
24 em 13/03/2018. 2 – Vistas à RGP 4, RGP 1, RGP 6, SMURB, ABES, IUA e Sinduscon em 13/03/2018. **Presidente**  
25 solicitou que Rogério presidisse a reunião para que pudesse manifestar o seu parecer de vistas. Conselheiro  
26 **Rogério** (Sindimóveis) assumiu a presidência dos trabalhos. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) informou parecer de  
27 vistas, reiterou teor, trata-se de pedido de reconsideração, explicou contexto, referiu que quando se começa uma  
28 obra existe procedimento a ser atendido, que no caso em pauta foi iniciada pelo antigo plano lei 43 de 79, para o  
29 qual se busca dar continuidade, nessa época se deve e o RT disse que assim foi feito, encaminhar esta  
30 comunicação de conclusão das fundações à SMOV que verificará, ou não, refere que muitas vezes a SMOV não  
31 chega a verificar, mas neste caso é dito no processo que foi feito, refere também que muitas vezes na maioria os  
32 empreendimentos nem comunicam a conclusão das fundações. Informou que houve problema que gerou a parada  
33 na obra, por perda familiar, e que passados anos resolveram terminar, refere que a obra oferecia as fundações  
34 concluídas e que fora feita a comunicação, e que por isso solicita-se a revalidação para continuar no processo de  
35 aprovação na lei antiga. Informou o histórico dos trâmites do processo, primeiramente sendo encaminhado ao  
36 CDMUA, mas a assessoria jurídica enviou ao setor técnico, que por sua vez enviou à CCCE que por sua vez o  
37 indeferiu, e por isso chega o recurso ao CMDUA, refere contudo que há manifestação favorável da supervisora no  
38 processo, refere que o relator posicionou-se contrário no CMDUA, frisa que existe informação do responsável  
39 técnico que responde civil e criminalmente de que as fundações sim, estavam lá concluídas, por isso solicitou  
40 vistas e se colocou contra o parecer do relator, se posicionando favorável a aprovação do solicitado. Fez a leitura  
41 do parecer, informando todos os tramites e manifestações. Conselheiro **Jorge** (AREA) informou que se o  
42 profissional constata que a fundação não está feita, é atuado, mas não parece ter sido o caso, refere que a  
43 prefeitura perdeu inclusive o processo, entende que o requerente não pode ser prejudicado, não havendo sido, pelo  
44 contexto entende que sim, que as fundações foram executadas. Refere que há informação da supervisora Leticia  
45 com o entendimento de que as fundações têm validade. Conselheiro Relator **Domingues** (OAB), relator, explica se  
46 tratar de recurso ao parecer contrário da CCCE, dirigido ao conselho. Levanta-se fato importante que desconhecia,  
47 de que outro órgão se manifesta favoravelmente, tendo que apreciar o parecer 40 da CCCE, cumprimenta o vice  
48 presidente que encontrou verdades complementares, sua posição contudo foi e é a de que não pode contraria  
49 parecer técnico da comissão, que teve relator categórico em dizer que não foram feitas as fundações. Deu  
50 detalhes. **Presidente** gostaria de esclarecer talvez. Pelo relato da RGP 6 entende que o responsável técnico  
51 comunica que o trabalho esta concluído via ART responsabilizando, entende que não haveria lógica da  
52 comunicação de fundações concluídas pelo profissional em caso de não ser verídica, seria forma de ser atuado,  
53 deu detalhes. Houve debate. Conselheiro **Campani** (ABES) em principio acompanhava o parecer do relator, em  
54 havendo sido desaparecido o processo refere que não foi aberta sindicância, a questão do parecer do fiscal não  
55 localizou o parecer do vistoriador ou fiscal. Disse que procurou no código de edificação o conceito de fundações e  
56 não encontrou a conceituação, refere que há parecer que indica que as fundações foram iniciadas mas não  
57 concluídas, por isso opina haver risco, disse que a fotografia mostra que de fato as fundações não estão  
58 concluídas. Não vê prejuízo à empresa que fez o projeto em dois mil e três, tendo abandonado, agora em dois mil e  
59 dezesseis passou a ser rentável opina que deve tramitar novamente pela nova legislação. **Presidente Rogério**  
60 (Sindimóveis) informou que existem tipos de fundações sem vigas de outros tipos, explicou. Conselheiro **Gomes**  
61 (RGP 6) explica sobre os tipos, viga de baldrame ou de equilíbrio são os horizontais sendo os verticais suficientes



**ATA 2759**

1 para emitindo a art. Conselheiro Campani (ABES) refere que há diferenciação conforme o tipo de solo, por exemplo  
2 no bairro Humaitá. Conselheiro **Fernando** (IUA) opina necessário verificar se o empreendedor comunicou ou não à  
3 prefeitura, se comunicou não pode ser prejudicado, questiona se está posto no processo. Falou sobre os tipos de  
4 estrutura refere que não se trabalha mais com vigas de baldrame mas com as fundações e supra estruturas, refere  
5 que não é obrigatório haver a viga de amarração, viu no processo que o RT anexou notas fiscais e farta  
6 comprovação de que foi feito o trabalho. Refere que o processo de estrutura não vem para a prefeitura analisar e  
7 não havendo como afirmar se fez ou não entende que não cabe julgar fundação. Conselheira **Lívia** (UFRGS) opina  
8 que o CMDUA não seja o fórum correto, refere que o parecer é controverso, opina que não se possa tomar decisão  
9 a partir de uma manifestação do empreendedor, coloca que em caso de não terem sido feitas a responsabilidade  
10 recairia sobre o CMDUA. Conselheira **Jussara** (Metroplan) refere que não se sente em condições de bem avaliar,  
11 fica em dúvida sobre a questão técnica. **Presidente** refere que a análise pelo conselho seria sobre a efetividade ou  
12 não do rito necessário, entende assim. Conselheiro **Emerson** (OP) sugere solicitar a palavra do responsável  
13 técnico que estava presente na reunião. Em votação, a proposta foi aprovada. Responsável Técnico agradece a  
14 escuta, parabeniza as discussões, em relação ao processo coloca que realmente cumpre o protocolo da prefeitura,  
15 que se as fundações são executadas existe quinze anos para a retomada, e assim foi feito, foi cumprido o prazo,  
16 as fundações são o que tecnicamente transmitem a carga da superestrutura para o solo, explicou, respeita o  
17 parecer técnico, mas frisa que é necessário observar que o parecer se ateu ao projeto estrutural e então ao  
18 projeto das fundações, que é mais específico, tendo sido este executado como devido, coloca que no projeto  
19 estrutural existem outros elementos que estão acima da terra e não foram executados, por isso o recurso. Refere  
20 que foi fiscal fazer a vistoria, se registro existe ou não o empreendedor não tem como comprovar pela gestão que é  
21 da prefeitura mas frisa que o protocolo foi feito dentro do prazo legal e que houve a intenção de retomar dentro da  
22 legalidade, tendo demorado não por culpa do requerente, refere a responsabilidade de uma ART, o que está ali é o  
23 que está cumprido. Conselheiro Domingues (OAB) agradece mas mantém o seu parecer contrário. Não havendo  
24 outras manifestações este foi colocado em votação e não foi aprovado, recebendo onze votos contrários ao parecer  
25 contrário do relator, um voto favorável ao relator e cinco abstenções. **Parecer vencido. Processo redistribuído.**  
26 **Novo Relator: OP.** Pelo adiantado da hora e ausência de quorum, os demais processos da pauta foram adiados,  
27 quais eram: **Processo Quatro Ponto Quatro. Expediente:** 17.0.000050974-4. **Interessado:** SMURB. **Assunto:**  
28 Resolução – Desgravame de Traçado Viário. **Local:** Diretriz 1724 – Entre a Rua Tem Ary Tarragô e Rua Deputado  
29 Hugo Mandini – Passo das Pedras – RGP 3. **Relator:** RGP 6. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 06/03/2018. 2  
30 – Vistas à RGP 3 em 06/03/2018. Não retornou. **Adiado. Processo Quatro Ponto Cinco. Expediente:**  
31 002.280305.00.4. **Interessado:** Ludemax. **Assunto:** EVU Estudo de Viabilidade Urbanística. **Local:** Rua João  
32 Moreira Maciel, 3000 – Farrapos. **Relator:** SMOV. **Adiado. Processo Quatro Ponto Seis. Expediente:**  
33 002.314976.00.5. **Interessado:** Navegação Green Card LTDA. **Assunto:** EVU Estudo de Viabilidade Urbanística.  
34 **Local:** Av. Nossa Senhora da Boa Viagem, 139 - Arquípedago. **Relator:** SINDIMÓVEIS. **Adiado. Item Cinco.**  
35 **Término.** Finalizadas as manifestações, às vinte horas e trinta minutos, foram encerrados os trabalhos do dia do  
36 CMDUA. Eu, **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora, juntamente com o presidente da sessão, o Vice  
37 presidente **Luiz Antonio Marques Gomes**, assino e lavro a presente ata.  
38  
39  
40  
41  
42

43 \_\_\_\_\_  
44 **Ana Paula Tomasi**  
45 Secretária Executiva  
46 Relatora

47 \_\_\_\_\_  
48 **Luiz Antonio Marques Gomes**  
49 Vice Presidente CMDUA  
50 Comunidade

51 **Ata aprovada na sessão do dia 03/04/2018, sem retificações.**

**O áudio da sessão encontra disponível na Secretaria Executiva do CMDUA.**